

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Quotistas e Administradores da
Semper Energia Holding Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Semper Energia Holding Ltda. (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Semper Energia Holding Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das sociedades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024		Explicativa	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	297	301	24.312	6.204	Fornecedores	12	37	3	50.923	4.724
Contas a receber	5	1.768	7.599	47.191	15.567	Obrigações tributárias		209	124	462	162
Adiantamento a fornecedores	6	76	-	1.070	7.421	Obrigações trabalhistas		101	-	189	70
Impostos a recuperar		222	6	475	106	Outras contas a pagar		-	13	0	(0)
Outros créditos		-	-	-	618	Instrumentos financeiros	18	-	-	3.961	91
Instrumentos financeiros	18	-	-	12.698	-			347	140	55.535	5.047
		2.362	7.906	85.747	29.916	Não circulante					
Não circulante						Passivo fiscal diferido	8	713	774	4.197	774
Contas a receber	5	4.994	-	4.994	-	Instrumentos financeiros	18	-	-	1	-
Partes relacionadas	7	4.028	1.435	10.416	3.361	Partes relacionadas	7	1.751	2.658	-	2.101
Instrumentos financeiros	18	-	-	1.513	-			2.464	3.432	4.198	2.875
Ativo fiscal diferido	8	-	-	-	31	Patrimônio líquido					
Investimentos	9	31.187	20.912	-	-	Capital social	14	28.600	20.600	28.600	20.600
Imobilizado	10	-	-	1.168	1.122	Lucros acumulados		11.160	6.081	11.160	6.081
Intangível	11	-	-	123	172	Total do patrimônio líquido		39.760	26.681	39.760	26.681
		40.209	22.347	18.214	4.686	Participação dos não controladores					
Total do ativo										4.468	-
		42.571	30.253	103.961	34.603	Total do passivo e patrimônio líquido		42.571	30.253	103.961	34.603

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Receita operacional líquida	15	4.368	8.510	314.359	26.891
Custo dos produtos vendidos	16	-	-	(305.360)	(16.816)
Resultado do valor justo de contratos de energia	18	-	-	10.340	(91)
Lucro bruto		4.368	8.510	19.339	9.984
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	16	(4.516)	(682)	(9.395)	(2.383)
Resultado de equivalência	9	5.519	24	(0)	-
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	16	74	-	106	(14)
Resultado financeiro, líquido	17	(11)	30	291	297
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		5.434	7.882	10.340	7.885
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes		(116)	(133)	(116)	(167)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	8	61	(774)	(3.455)	(743)
Lucro líquido do exercício		5.379	6.975	6.770	6.975
Lucro atribuído aos controladores		-	-	5.379	-
Lucro atribuído aos não controladores		-	-	1.391	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Resultado líquido dos exercícios	5.379	6.975	6.770	6.975
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	5.379	6.975	6.770	6.975
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis				

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital subscrito	(-) Capital à integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.000	(4.000)	-	(1)	(1)	-	(1)
Aumento de capital social	20.600	-	-	-	20.600	-	20.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.975	6.975	-	6.975
Distribuição de lucros	-	-	-	(900)	(900)	-	(900)
Transação de capital	-	-	-	7	7	-	7
Transferência para reserva de lucros	-	-	6.081	(6.081)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.600	(4.000)	6.081	-	26.681	-	26.681
Aumento de capital social	4.000	4.000	-	-	8.000	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.379	5.379	1.391	6.770
Distribuição de lucros	-	-	-	(300)	(300)	-	(300)
Outras movimentações	-	-	-	-	-	3.077	3.077
Transferência para reserva de lucros	-	-	5.079	(5.079)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	28.600	-	11.160	-	39.760	4.468	44.228

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SEMPER ENERGIA HOLDING LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	5.379	6.975	6.770	6.975
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciações e amortizações	-	-	663	50
Transação de capital	8	7	-	7
Ativo fiscal diferido	-	-	31	(31)
Passivo fiscal diferido	(61)	774	3.424	774
Instrumentos financeiros	-	-	(10.341)	91
Participação de não controladores	-	-	3.077	-
Equivalência Patrimonial	(5.519)	-	-	-
Variação de ativos e passivos				
Consumidores e concessionários	837	(7.599)	(36.618)	(15.567)
Adiantamento a fornecedores	(76)	-	6.351	(9.347)
Impostos a recuperar	(216)	(6)	(370)	(106)
Outros créditos	-	-	618	(618)
Fornecedores	34	3	46.199	4.724
Obrigações tributárias	85	124	300	162
Obrigações trabalhistas	101	-	120	70
Outras contas a pagar	(13)	12	0	(1)
Caixa (usado nas)/gerado pelas atividades operacionais	559	290	20.224	(12.818)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em investidas controladas	(4.763)	(20.912)	-	-
Adições e baixas do imobilizado	-	-	(606)	(1.138)
Adições e baixas do intangível	-	-	(54)	(206)
Caixa usado nas atividades de investimento	(4.763)	(20.912)	(660)	(1.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(3.500)	1.223	(9.156)	666
Aumento/integralização de capital social	8.000	20.600	8.000	20.600
Distribuição de lucros	(300)	(900)	(300)	(900)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.200	20.923	(1.456)	20.366
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(4)	301	18.108	6.204
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	301	-	6.204	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	297	301	24.312	6.204
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(4)	301	18.108	6.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Semper Energia Holding Ltda. (“Semper Holding” ou “Empresa”), é uma Sociedade limitada, com sede na Rua Joaquim Floriano, nº 1.120, 3º andar Itaim Bibi, São Paulo - SP. A Semper Holding tem por objetivo a participação em outras empresas (Holding de instituições não financeiras, com operação de consultoria, coordenação e controle da operação de geração e transmissão de energia elétrica, a geração de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), serviços de engenharia e atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

As demonstrações contábeis consolidadas (“Consolidado”) e individuais (“Controladora”) da Semper Energia Holding Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, abrangem a Empresa e suas controladas. A Empresa consolidou integralmente as demonstrações contábeis das controladas: Semper Energia Ltda, Semper Energia Renovável Ltda, Semper Gestão de Serviços Ltda e Semper Comercializadora de Energia Ltda. que estão registradas no seu balanço contábil no grupo de Investimentos.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 14 de maio de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base em seus ativos e passivos financeiros, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é moeda funcional e estão demonstradas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos materiais sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 13: Provisão para contingências.
- Nota Explicativa nº 18: Valor justo dos contratos de energia.

No entendimento da Administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

e. Base de consolidação das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. Devido à irrelevância dos montantes referentes à participação dos acionistas não controladores, os respectivos valores não se encontram destacados nas demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação abrange as demonstrações contábeis da Empresa e das seguintes controladas diretas:

	Capital Social	Participação %	
		2025	2024
Semper Energia Ltda.	20.000.000	80	100
Semper Energia Renovável Ltda.	6.410.000	100	100
Semper Comercializadora de Energia Ltda	2.224.857	100	-

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com as Empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros

Ativo

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (“CA”); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Empresa tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo.

Passivo

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Empresa que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa resumem-se em “*hedges*”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pelo Departamento Financeiro da Empresa com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadoria e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estariam apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

3.4. Contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, além dos fornecedores em geral e prestadores de serviços, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Outros ativos e passivos, correntes e não correntes

Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Empresa, compra de energia não faturada até o encerramento do balanço e valores a receber relativos a prestação de serviços por taxas de sucesso contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Desta maneira, com base no entendimento de seus Assessores Jurídicos e respaldado pelo julgamento favorável a favor da Empresa, a mesma tem excluído de maneira permanente os créditos desses benefícios fiscais, na base de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social.

3.7. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.8. Mudanças e revisões em práticas contábeis

Durante o exercício de 2025, as normas IFRS que tiveram algum tipo de alteração/revisão por parte do CPC e aprovações do CFC, foram analisadas e não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da companhia.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Empresa adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Empresa, por três razões principais:

- A Empresa não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Empresa não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

3.8.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9 / CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	1º de janeiro de 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.	1º de janeiro de 2027
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública Reforma tributária	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.	1º de janeiro de 2027 1º de janeiro de 2027

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Empresa vem acompanhando e avaliando os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre o consumo. Até o momento, não foram identificados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, considerando que sua implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2026. Eventuais impactos futuros poderão estar relacionados, principalmente, a mudanças na sistemática de tributação e na formação de preços no mercado livre de energia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	1	4	3	6
Aplicação financeira	296	297	24.309	6.198
	<u>297</u>	<u>301</u>	<u>24.312</u>	<u>6.204</u>

Aplicação financeira em Fundo de Renda Fixa com rendimento de 11% nos últimos 12 meses, liquidez diária e classificação baixa de risco.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturadas	-	268	3.107	268
Não faturadas (a)	6.762	7.331	49.079	15.299
	<u>6.762</u>	<u>7.599</u>	<u>52.186</u>	<u>15.567</u>

- (a) O saldo dos itens não faturados é composto pelas provisões de recebimento futuro em prestação de serviços e de vendas de energia por meio de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), celebrados até 31 de dezembro de 2025 e 2024 e faturados por meio da emissão das correspondentes notas fiscais no mês subsequente. Em conformidade com o artigo 7º Inciso II da Portaria CAT nº 97/2009.

Os saldos de serviços prestados e ainda não faturados contemplam, adicionalmente, fees de sucesso apurados anualmente sobre a carteira de clientes, conforme condições contratuais vigentes.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	1.768	7.599	47.191	15.567
Não circulante	4.994	-	4.994	-
	<u>6.762</u>	<u>7.599</u>	<u>52.186</u>	<u>15.567</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores (a)	63	-	1.050	6.936
Adiantamento de funcionários	13	-	20	-
Adiantamento a terceiros - obras	-	-	-	485
	<u>76</u>	<u>-</u>	<u>1.070</u>	<u>7.421</u>

(a) A maior parte do saldo de adiantamento a fornecedores (Consolidado) é composto por pagamentos a prestadores de serviços contratados pela empresa controlada Semper Energia Renovável por meio de contratos de prestação de serviços de prospecção e desenvolvimento de projetos de energia renovável.

7. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante				
Daniel Mansur Cury	1.125	1.435	1.125	1.435
Walter Milan Tatoni	2.881	-	2.881	-
WD Investimentos Ltda	2	-	2	-
Semper Comercializadora de Energia Ltda	20	-	-	-
DMC Energy Intermediações de Negócios Ltda	-	-	6.408	1.926
	<u>4.028</u>	<u>1.435</u>	<u>10.416</u>	<u>3.361</u>

Os saldos registrados no ativo não circulante junto a partes relacionadas referem-se, substancialmente, a movimentações financeiras realizadas entre a Companhia, seus sócios e empresas ligadas, decorrentes de pagamentos e recebimentos efetuados em caráter operacional e financeiro, registrados em conta corrente contábil.

Tais operações possuem natureza não comercial, são realizadas em condições mutuamente acordadas entre as partes e não possuem, necessariamente, prazo determinado para liquidação ou remuneração financeira associada. A Administração da Companhia acompanha periodicamente a realização e recuperabilidade desses saldos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo não circulante				
Semper Energia Ltda	1.751	2.658	-	-
Walter Milan Tatoni	-	-	-	1.065
Brix Energia S.A.	-	-	-	1.036
	<u>1.751</u>	<u>2.658</u>	<u>-</u>	<u>2.101</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Consolidado					
	Taxa de depreciação (%)	Saldo em 2024	Adições	Transferência	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 2025
Móveis e Utensílios	20%	168	-	-	(17)	151
Máquinas e equipamentos	20%	40	-	-	(4)	36
Computadores e periféricos	10%	244	75	33	(68)	284
Instalações	-	-	531	637	(471)	697
Imobilizado em andamento	-	670	-	(670)	-	-
		<u>1.122</u>	<u>606</u>	<u>-</u>	<u>(560)</u>	<u>1.168</u>

	Consolidado					
	Taxa de depreciação (%)	Saldo em 2023	Adições	Transferência	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 2024
Móveis e Utensílios	20%	-	173	-	(5)	168
Máquinas e equipamentos	20%	-	42	-	(2)	40
Computadores e periféricos	10%	-	253	-	(9)	244
Imobilizado em andamento	-	-	670	-	-	670
			<u>1.138</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>1.122</u>

11. Intangível

Consolidado					
	Taxa de amortização (%)	Saldo em 2024	Adições	Amortização acumulada	Intangível líquido 2025
Direito de uso de software	20	172	-	(103)	69
Software em desenvolvimento - Oracle		-	54	-	54
		172	54	(103)	123

Consolidado					
	Taxa de amortização (%)	Saldo em 2023	Adições	Amortização acumulada	Intangível líquido 2024
Direito de uso de software	20	-	206	(34)	172
		-	206	(34)	172

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	37	3	6.043	118
Provisão por competência	-	-	44.880	4.606
	<u>37</u>	<u>3</u>	<u>50.923</u>	<u>4.724</u>

O saldo de “Provisão por competência” é composto por R\$ 44.880 (R\$ 4.606 em 2024) referente a compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data-base e faturado pelo fornecedor de energia no mês subsequente.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Contingências

A Empresa no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

14. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital da Empresa é de R\$ 28.600.000 (vinte e oito milhões e seiscentos mil Reais) totalmente subscrito e integralizado. Divididos em 28.600.000 (vinte e oito milhões e seiscentos mil) de quotas capital. Segue o quadro do Capital Social:

	Quotas	Total (R\$)	% Capital Social
Walter Milan Tatoni	12.441.000	12.441.000	43,5%
Daniel Mansur Cury	12.441.000	12.441.000	43,5%
Jose Artur Silveira Teixeira	1.430.000	1.430.000	5%
Daniela Pereira da Silva	1.430.000	1.430.000	5%
Enedino Neres da Cruz Junior	858.000	858.000	3%
	<u>28.600.000</u>	<u>28.600.000</u>	<u>100%</u>

15. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita revenda de energia elétrica	-	-	323.470	20.038
Receita de Prestação de Serviços	5.130	8.600	5.153	8.600
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(762)	(90)	(14.264)	(1.746)
	<u>4.368</u>	<u>8.510</u>	<u>314.359</u>	<u>26.891</u>

16. Custos e despesas gerais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia elétrica	-	-	(305.360)	(16.816)
Pessoal e administradores	(2.027)	(84)	(3.177)	(594)
Despesas com ocupação	(1)	-	(1)	(171)
Utilidades e serviços	(66)	-	(138)	(34)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-	(15)	(38)
Serviços prestados por terceiros	(2.251)	(598)	(5.237)	(1.334)
Depreciação e Amortização	-	-	(664)	(50)
Outras despesas operacionais	(94)	-	(57)	(175)
	<u>(4.442)</u>	<u>(682)</u>	<u>(314.649)</u>	<u>(19.212)</u>
Custo da energia comercializada	-	-	(305.360)	(16.816)
Despesas gerais e administrativas	(4.516)	(682)	(9.395)	(2.383)
Outras receitas (despesas) operacionais	74	-	106	(14)
	<u>(4.442)</u>	<u>(682)</u>	<u>(314.649)</u>	<u>(19.212)</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1)	-	(7)	(2)
Multa e juros de mora	(16)	-	(32)	(1)
Juros sobre empréstimos	-	-	(30)	-
IOF	(9)	(2)	(164)	(12)
	<u>(26)</u>	<u>(2)</u>	<u>(233)</u>	<u>(15)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	15	32	513	312
Outras receitas financeiras	-	-	11	-
	<u>15</u>	<u>32</u>	<u>524</u>	<u>312</u>
	<u>(11)</u>	<u>30</u>	<u>291</u>	<u>297</u>

18. Instrumentos financeiros

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são considerados com a expectativa da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado.

a) Gerenciamento de riscos

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Risco de crédito

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados aos bancos, efetuando seus aportes de recursos em instituições financeiras de primeira linha. Com relação às contas a receber, a Empresa segue uma Política de Gestão de Risco de Crédito que restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa de cada contraparte, considerando o ambiente econômico atual e o limite de exposição por contraparte de maneira a diversificar a carteira. A Política de Gestão de Risco de Crédito determina que o Comitê de Risco de Crédito se reúna periodicamente com o objetivo de estabelecer e monitorar os limites de créditos para cada contraparte dentro do sistema de rating definido na Política.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

A Empresa segue uma Política de Gestão de Risco de Mercado que restringe a exposição de seu portfólio aos preços de mercado dentro de limites de risco definidos pela Empresa. A Empresa monitora os limites de riscos de mercado por meio de reunião periódica dos sócios acompanhamento e determinação de ajustes dos níveis de riscos se necessários.

b) Instrumentos financeiros (contratos futuros)

Como descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas reconhecidos pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, foi reconhecida na Rubrica "Resultado de valor justo de contratos de energia", conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ganho temporário Líquido - circulante	-	-	12.698	-
Ganho temporário Líquido - não circulante	-	-	1.513	-
Perda temporária Líquido - circulante	-	-	3.961	91
Perda temporária Líquido - circulante	-	-	1	-
Resultado líquido da operação	-	-	10.249	(91)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	-	-	14.210	-
	-	-	14.210	-
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	297	301	24.312	6.204
Contas a receber	6.762	7.599	52.186	15.567
	7.058	7.900	76.497	21.771
Passivo				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	-	-	3.961	91
	-	-	3.961	91
Custo amortizado				
Fornecedores	37	3	50.923	4.724
	37	3	50.923	4.724

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Eventos subsequentes

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as disposições aplicáveis aos eventos subsequentes, a Companhia informa que, após a data-base das demonstrações financeiras, ocorreram os seguintes fatos relevantes:

I. Autorização para Comercialização de Energia

Em janeiro de 2026, a Semper Comercializadora de Energia Ltda obteve autorização da ANEEL a atuar como agente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com limite operacional de até 30 MW médios (MWm), sendo classificada como agente do tipo 2, conforme regulamentação vigente do setor elétrico. Tal autorização representa um marco relevante para o início das atividades operacionais da Companhia nesse segmento.

II. Alteração de Denominação Social

Ainda em fevereiro de 2026, conforme deliberação aprovada na 1ª Alteração do Contrato Social (ACS), devidamente registrada nos órgãos competentes, houve a alteração da denominação social da a Semper Comercializadora de Energia Ltda, que passou a adotar o nome empresarial SEMCOM ENERGIA LTDA. Essa mudança reflete o posicionamento estratégico da Companhia no mercado de energia.

A Administração entende que os eventos acima descritos não impactam os valores apresentados nas demonstrações financeiras referentes ao período findo, porém são relevantes para a adequada compreensão da posição atual e das perspectivas futuras da Companhia.